

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Temer transfere Moreira Franco para o Ministério de Minas e Energia.....2

O Estado de S. Paulo

Título:

Nota.....3Erro!

Indicador não definido.

Título: Temer se reúne com ministros no Jaburu.....4

Título: Moreira Franco vai assumir Minas e Energia.....4

Folha de S. Paulo

Título: Julho deve ser prazo limite para definição na Eletrobras.....8

Título: Temer põe Moreira em Minas e Energia.....9

Correio Braziliense

Título: Moreira vai priorizar venda da Eletrobras.....10

Valor Econômico

Título: Moreira substitui Coelho, que troca MDB por DEM.....12

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Temer transfere Moreira Franco para o Ministério de Minas e Energia 2

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....3

Título: Nota..... 3

Título: Temer se reúne com ministros no Jaburu	4
Título: Moreira Franco vai assumir Minas e Energia.....	4
Título: 'BNDES competir com o mercado é uma estupidez'	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Julho deve ser prazo limite para definição na Eletrobras.....	8
Título: Temer põe Moreira em Minas e Energia	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Moreira vai priorizar venda da Eletrobras	10
Título: Energia renovável movimentou brasileiros	10
Título: Carros movidos a microalgas	13
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Moreira substitui Coelho, que troca MDB por DEM.....	14
Título: Cresce disputa pela Eletropaulo e novas propostas são esperadas	15
Título: Mercado livre de energia cresce com leilões.....	18
Título: PetroRio está de volta à exploração	19
Título: Faltam interessados em adquirir as plantas de fertilizantes da Petrobras	21

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Temer transfere Moreira Franco para o Ministério de Minas e Energia

Mudança garante foro privilegiado do ministro, que vai conduzir a privatização da Eletrobras.

- O presidente Michel Temer confirmou ontem a decisão de transferir o ministro Moreira Franco da Secretaria-Geral da Presidência da República para o comando do **Ministério de Minas e Energia**. A pasta ficou vaga com a saída de Fernando Coelho Filho para disputar a eleição de deputado federal em Pernambuco pelo DEM. Moreira é um dos principais interlocutores de Temer, ao lado do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

"O presidente Michel Temer definiu hoje (ontem) que o ministro Moreira Franco assumirá o Ministério de Minas e Energia" informou a assessoria da Presidência da República.

Moreira controla hoje o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), área que cuida das privatizações e concessões do governo Temer. Na nova função, vai conduzir a desestatização da Eletrobras. Com resistências ao tema, o Congresso Nacional precisa aprovar um projeto de lei para a operação ser concluída. O negócio pode trazer ao menos R\$ 12 bilhões para a União.

Havia ainda a possibilidade de o ministro perder o foro privilegiado se ficasse onde estava. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, enviou um parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF), em dezembro, no qual afirmou ser inconstitucional a lei que permitiu a nomeação de Moreira.

O ministro é investigado no Supremo em razão de citações na delação da Odebrecht e, caso perdesse o foro, poderia ter seu inquérito enviado ao juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba.

Moreira terá que comandar, também, as negociações com a Petrobras em torno da revisão de um contrato assinado com a empresa em 2010. Essa operação pode permitir a realização de um megaleilão de petróleo neste ano, com chances de render até R\$ 100 bilhões aos cofres da União.

As mudanças em Minas e Energia fizeram as ações da Eletrobras despencarem na sexta-feira, com perdas que chegaram a superar 10%. Coelho Filho montou uma equipe técnica para a pasta, mas o principal nome, o secretário-executivo Paulo Pedrosa, também decidiu deixar o cargo junto com o ministro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política /colunas

Autor: Andreza Matais

Título: Nota

» O cara.

Escolhido pelo presidente Temer para o **Ministério das Minas e Energia**, como revelou o blog da Coluna ontem, Moreira Franco demonstrou sua força no governo. O setor defendia Paulo Pedrosa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política****Autor:****Título: Temer se reúne com ministros no Jaburu**

O Presidente Michel Temer aproveitou o domingo para fazer reunião com os ministros e auxiliares no Palácio Jaburu, residência oficial. O pemedebista recebeu os ministros Sergio Etchegoyen (Gabinete Segurança Institucional da Presidência do Brasil), Raul Jungmann (Segurança Pública) que fez pessoalmente um relato a operação realizada pela Polícia Federal para prender o ex-presidente Lula - e Moreira Franco, que vai trocar a Secretaria-Geral da Presidência pelo **Ministério de Minas e Energia**.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política****Autor: Lu Aiko Otta Tânia Monteiro/Brasília****Título: Moreira Franco vai assumir Minas e Energia**

Confirmado para o **Ministério de Minas e Energia**, Moreira Franco diz que processo de capitalização da estatal é uma política de governo.

Concluindo a reforma ministerial, o presidente Michel Temer bateu o martelo para a ida do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Wellington Moreira Franco, para o Ministério de Minas e Energia. O movimento faz parte da estratégia do governo de aproveitar os meses que ainda lhe restam para apressar a venda da Eletrobrás.

"Nada muda", disse Moreira Franco ao Estado. "O processo de capitalização da Eletrobrás é política de governo e seguirá dentro dos mesmos parâmetros e coerente com a política que o ministério, sob o comando do Fernando Bezerra (Coelho Filho), vinha aplicando." A confirmação do nome de Moreira Franco para o MME foi antecipada pela Coluna do Estadão.

A venda da Eletrobrás é classificada como "prioridade zero" para o projeto de privatização do Planalto, embora o repasse da administração de vários aeroportos também seja considerado fundamental. Ao nomear Moreira para o MME, o governo quer ainda sinalizar que haverá uma pessoa especial e próxima a Temer conduzindo o importante projeto. Para o Planalto, essa desestatização precisa sair o quanto antes, disse um interlocutor do presidente.

Havia no mercado e nos escalões técnicos da pasta o receio da indicação de um ministro político que começasse a operar contra o programa. O nome preferido

das duas alas, e também do agora ex-ministro Fernando Coelho Filho, era o de Paulo Pedrosa, então secretário executivo da pasta e um dos formuladores da desestatização. A escolha dele ganhou força no início da semana passada, mas logo cedeu terreno para a escolha de um integrante do MDB, após Coelho Filho transferir-se para o DEM. Pedrosa deixou o ministério na sexta-feira.

Outro receio da área técnica era de que o atual presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., também deixasse o cargo com a troca de comando da pasta. Ele é considerado figura-chave na privatização, pois trabalha fortemente para ajustar as contas da estatal. Cortou cargos em comissão e iniciou programa de demissão voluntária, além de promover ajustes administrativos para reduzir as despesas.

Ele, porém, não pediu demissão junto com Pedrosa, como chegou a ser especulado. Sua agenda de trabalho continua normalmente, segundo informaram pessoas próximas. Com a escolha de Moreira, o governo indica que a privatização continua sendo prioridade forte. Atualmente, ele é o responsável pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que cuida das privatizações e concessões do governo.

Dificuldades.

Embora seja prioridade para a área econômica, a privatização da Eletrobrás enfrenta dificuldades no front político. O projeto de lei que regula a operação está parado na Câmara. A comissão especial criada para analisar a matéria não consegue se reunir.

O relator do projeto, deputado José Carlos Aleluia (DEMBA), disse que o problema é a desorganização da base governista. Ele pediu ao secretário de governo, Carlos Marun, e ao próprio Moreira que avaliem trocar alguns integrantes da comissão para permitir que o debate ocorra. Se a missão se mostrar impossível, o relator poderá levar o texto para ser votado diretamente no plenário da Casa.

No pacote de privatizações estão previstos também leilões nas áreas de ferrovias, rodovias e aeroportos. O governo traçou como meta inicial concluir 75 projetos de desestatização este ano, mas sabe das dificuldades para isso. Daí a ideia em se concentrar na Eletrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli / Brasília

Título: 'BNDES competir com o mercado é uma estupidez'

Para novo presidente do banco, instituição terá de passar a trabalhar em parceria com o setor financeiro privado.

Dyogo Oliveira, que assume hoje a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, vai mudar todos os processos internos decisórios da instituição. Terceiro presidente em menos de dois anos, o ex-ministro do Planejamento quer conduzir a "virada" do BNDES para uma nova realidade da economia com juros baixos. Na sua avaliação, o banco ainda é muito "quadrado" e precisa oferecer novos produtos. "O BNDES não foi desenhado para competir com o mercado".

O que sr. vai fazer para mudar a paralisia do BNDES?

A área de infraestrutura tem de se modernizar. Precisa ter, ao menos, estruturas de financiamento "non recourse", que usam como garantia a própria estrutura do projeto. Facilita a execução do projeto com os próprios recebíveis. Vamos atuar também por meio do mercado de capitais comprando debêntures e operações sindicalizadas. O banco não está parado. Desembolsou R\$ 70 bilhões em 2017. O BNDES enfrenta dificuldades e é preciso uma série de ações para restabelecer a normalidade. Tem de revisar os processos internos, a maneira como as operações são organizadas e aprovadas, reduzir os prazos. Os modelos de financiamento têm de ser mais flexíveis. O banco ainda é muito quadrado: "o meu negócio é assim que funciona, se você quiser você pega".

Qual sua prioridade?

A parceria com o setor privado. Vamos facilitar a utilização de recursos privados nos projetos. No foco de ação, colocamos inovação, tecnologia, desenvolvimento de novas empresas, negócios, as pequenas empresas – porque nesse mercado o banco tem ainda vantagem, o custo das empresas é vantajoso e tem espaço para avançar –, a infraestrutura e a área de comércio exterior.

Sua gestão vai ajudar a privatizar a Eletrobrás?

O BNDES tem papel fundamental, que é conduzir o processo. Vamos dar prioridade à Eletrobrás, começando pelas distribuidoras (o leilão das seis distribuidoras de energia administradas pela Eletrobrás está marcado para maio).

Qual é o grau de importância desse processo?

A privatização da Eletrobrás é a oportunidade de o País passar a ter uma empresa de classe mundial na área de energia. Hoje temos uma empresa descapitalizada, que não está participando nem dos leilões aqui no Brasil, sem perspectiva de investimentos no curto prazo, com dificuldades gerenciais e

administrativas, nível de endividamento elevado. É uma empresa em dificuldades. O modelo de privatização, que é na verdade uma capitalização da empresa, pressupõe trazer dinheiro para ela voltar a investir.

Dá para fazer ainda este ano?

Vamos trabalhar para isso.

Por que o banco não fez nenhuma captação externa até agora?

Ele está com o caixa cheio.

Com a queda dos juros, as empresas começam a antecipar pagamento de dívidas. Qual o impacto disso para o banco? Qual empresa pode fazer isso?

Uma relativamente grande, com acesso a mercados de capitais e financiamento mais barato. Essa empresa, em princípio, não deveria ter financiamento do BNDES.

E quais deveriam ter acesso a esse financiamento?

As que não têm acesso ao mercado de capitais barato, nacional e estrangeiro.

Foram as que tiveram acesso aos recursos nos últimos anos?

O BNDES não foi feito para isso. Desvirtua seu papel. Se a empresa pode ter financiamento no mercado, não faz sentido. Não vejo problema de as empresas estarem pré-pagando as dívidas. O que era um problema era as empresas pegarem dinheiro no BNDES para aplicar no mercado e ganhar mais. Isso ocorreu em volumes consideráveis.

As chamadas "campeãs nacionais" não vão ter mais acesso a esse crédito?

Não estão proibidas. Mas o foco não pode ser esse.

Como será a atuação no segmento de infraestrutura, em que há mais dependência do crédito do BNDES?

Essas empresas precisam de 20, 30 anos de prazo, e não conseguem captar isso no mercado facilmente. O BNDES pode ser o dínamo do mercado de debêntures de infraestrutura, estruturar as operações no formato que seja securitizável (ou seja, com financiamentos garantidos pelo caixa futuro da operação). O banco vai passar por uma grande mudança cultural. O formato de atuação até hoje é diferente do que vai ter daqui para a frente. O grande trabalho será convencer as pessoas dessa mudança e fazer com que comprem esse novo BNDES. Isso não

é trivial. O banco tem de se reinventar. Esse é o grande desafio que vai durar os próximos cinco, dez anos. O banco não vai morrer, vai fazer uma transição. Vai passar a atuar em outras áreas como dinamizador da inovação, da tecnologia, do investimento. Vai atuar de maneira mais ágil e flexível, adaptado à necessidade do seu cliente. Vamos lançar mais produtos.

Como o BNDES vai enfrentar os bancos privados?

O banco vai trabalhar em parceria com os privados. O BNDES não foi desenhado para competir com o mercado. Em algum momento, o BNDES se expandiu de tal maneira que expulsou o mercado. A ponto de as empresas pegarem dinheiro no BNDES para aplicar. O princípio tem de ser atender a uma necessidade do País que não está sendo atendida de outra maneira. Competir com o mercado é estupidez.

Mesmo com devolução de mais de R\$ 100 bilhões ao Tesouro Nacional, ainda restarão recursos que estavam sendo renegociados. O sr. vai continuar esse processo?

A maior parte dos recursos está emprestada ou aplicada nos projetos das empresas. É preciso coadunar esse fluxo de pagamentos com a devolução dos empréstimos ao Tesouro. O BNDES já devolveu valores e ainda tem mais R\$ 100 bilhões para devolver este ano. Daí para a frente, tem de haver equilíbrio entre o fluxo de devoluções para o Tesouro e o fluxo de pagamento das operações.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Julho deve ser prazo limite para definição na Eletrobras

Mercado Aberto

Depois da data limite na sexta (6) para políticos renunciarem a cargos públicos a fim de concorrer às próximas eleições, outro marco do calendário se aproxima.

Julho poderá marcar o afastamento de executivos à frente de estatais, como a Eletrobras, não só pela proximidade do pleito, mas principalmente por representar o fim do prazo para cumprir a quarentena antes da temporada de contratação de novos conselheiros nas companhias.

Então secretário-executivo do **Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa**, a quem se credita muitos dos avanços da pasta, se antecipou.

Um dos nomes mais cotados para substituir o ministro fernando coelho filho, Pedrosa preferiu também se afastar ao saber que o posto iria para o MDB.

Confirmado o ministro Moreira Franco no comando da pasta neste domingo (8), executivos do mercado esperam que não se contente em se garantir com o foro privilegiado, mas que faça jus à justificativa do governo federal, de que precisava ter na pasta um nome forte a se empenhar pela negociação da privatização da Eletrobras —o último grande trunfo que a gestão Michel Temer tem para entregar.

Se a desestatização da companhia não caminhar, Wilson Ferreira Jr, presidente da Eletrobras, deverá ser mais um a renunciar a seu cargo, segundo interlocutores próximos do executivo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Temer põe Moreira em Minas e Energia

O presidente Michel Temer decidiu neste domingo (8) transferir o ministro Moreira Franco, da Secretaria-Geral da Presidência, para o comando do **Ministério de Minas e Energia**.

A Folha apurou que a decisão foi tomada para manter o foro privilegiado de Moreira. A forma como a Secretaria-Geral foi criada em 2017 é questionada pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Moreira foi citado 34 vezes em delações da Odebrecht.

Ele ficará responsável pela venda da Eletrobras. O ministro se disse preparado para assumir a pasta.

“As concessões da área foram feitas dentro do PPI [Programa de Parcerias de Investimentos], que eu coordenava. Todos os encaminhamentos administrativos, os leilões, as regras, tudo isso foi debatido por nós com a equipe técnica do ministério. Será uma continuidade”, afirmou.

A Folha apurou que a Secretaria-Geral não será extinta.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Renata Rusky****Título: Moreira vai priorizar venda da Eletrobras**

Moreira Franco trocará a Secretaria-Geral da Presidência da República pelo **Ministério das Minas e Energia (MME)**. “Nada muda. O processo de privatização da Eletrobras é política de governo e vai seguir dentro dos mesmos parâmetros e coerente com a mesma política que o ministério, sob o comando do Fernando Bezerra, vinha aplicando, disse o ministro à Agência Estado. Para o governo, a venda da estatal é “prioridade zero”, ao lado da transferência da gestão de aeroportos à iniciativa privada.

A decisão do presidente Michel Temer foi anunciada no início da noite de ontem e faz parte da rearrumação do primeiro escalão ante a decisão de vários ministros de disputarem as eleições de outubro próximo. Com a ida de Moreira para o MME, o governo, indiretamente, sinaliza para o mercado a importância que a desestatização da maior empresa de energia do país tem na atual administração, pois todo o processo será, agora, conduzido por uma das pessoas mais próximas ao presidente.

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., continuará no cargo, mesmo com a saída de Fernando Bezerra. Um alívio para o governo, uma vez que ele é visto como figura-chave na privatização da empresa. Ferreira Jr. tem se dedicado a tomar medidas que reduzam os gastos da estatal, a partir da organização das contas, do corte de cargos em comissão, dos ajustes administrativos, além do processo de demissão voluntária de funcionários.

Moreira Franco chegará empenhado em cumprir a decisão governo. Mas terá que remover alguns obstáculos. A privatização da Eletrobras enfrenta resistências políticas.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Tecnologia & Inovação****Autor: Victor Correia****Título: Energia renovável movimenta brasileiros**

Da energia total gerada no Brasil, 6% vêm do Sol e dos ventos; e a previsão é de que, em 2040, essas fontes renováveis representem 43% da matriz energética. Nesse desafio de mexer nas estruturas reduzindo o uso de combustíveis fósseis — projeto traçado por outros países —, o trabalho de cientistas pode ocupar lugar estratégico. Espera-se das universidades e dos institutos, por exemplo,

soluções para aproveitar os recursos com o máximo de eficiência e o mínimo de resíduos tóxicos.

Há iniciativas nesse sentido em universidades brasileiras. Entre os projetos estão a implantação de painéis fotovoltaicos flutuantes sobre lagos de hidrelétricas, o uso de uma usina solar para suprir até 8% do consumo de eletricidade em um campus universitário no semiárido nordestino e a construção de uma biorrefinaria que produzirá combustíveis ecológicos a partir de microalgas.

“Nosso país vem apostando nas energias renováveis como solução estratégica para a diversificação da matriz elétrica nacional e a democratização do setor. Como resultado, particularmente nos casos de solar e eólica, os mercados vêm crescendo exponencialmente no Brasil”, afirma Alexandre Costa, diretor de Eólica do Centro de Energias Renováveis da Universidade Federal de Pernambuco (UPFE). O centro conduz estudos para a criação e o aprimoramento de painéis fotovoltaicos e turbinas eólicas, além de análises estatísticas para monitorar e prever a eficiência desses sistemas.

Um dos projetos mais recentes é a instalação de usinas solares flutuantes no lago de duas hidrelétricas: Balbina, no Amazonas, e Sobradinho, na Bahia. Balbina será a primeira a ter os equipamentos instalados. Segundo a Eletronorte, que também participa do projeto, o sistema deve entrar em operação em julho. Já em Sobradinho, sob a supervisão da Eletrobras Chesf, os equipamentos começarão a ser montados em junho e espera-se que o sistema esteja completo ainda neste ano.

Cada local receberá painéis com potência de 5MWp, e a intenção da iniciativa-piloto é estudar como esse sistema se comporta e como utilizá-lo em larga escala no país. “A tecnologia já vem sendo implementada em alguns locais da Europa, mas não em lagos de hidrelétricas. O projeto é inédito dentro desse enfoque e representa um grande desafio, com inúmeras possibilidades”, afirma Eielza Moutra, professora e pesquisadora em energias renováveis pela UFPE.

Segundo Eielza Moutra, os lagos são áreas livres e ensolaradas, o que favorece a instalação dos painéis. Além disso, o equipamento cobre parte da superfície do lago, diminuindo a perda de água do reservatório por evaporação. “Ao mesmo tempo, a cobertura evita que os módulos fotovoltaicos, cuja eficiência decai com o aumento de temperatura, aqueçam. Todas essas possibilidades estão sendo pesquisadas e testadas”, complementa.

Usina solar

No campus da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa) em Mossoró, no Rio Grande do Norte, há quase um ano e meio, funciona uma usina solar que

produz parte significativa da energia consumida pela instituição. A estrutura tem 580 painéis fotovoltaicos e gera aproximadamente 18 MWh por mês. A quantidade varia, mas representa entre 5% e 8% do consumo de energia elétrica do local e resulta em até R\$ 8.000 de economia mensal, segundo a professora Diana Lunardi, presidente da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável da universidade.

A usina tem contribuído para estudos sobre a adaptação da tecnologia à região, um dos focos da Ufersa. Entre eles estão a criação de um dispositivo para monitorar o acúmulo de poeira nos painéis. Como o clima é muito seco, uma camada de poeira sobre as placas pode dificultar a absorção da luz solar, diminuindo sua eficiência.

Temperaturas altas também podem prejudicar a geração de energia, pois o silício, sendo um material semicondutor, perde a eficiência ao ser aquecido. Por isso, outros projetos da universidade incluem soluções para reduzir a temperatura de operação, aumentando a geração de energia dos módulos fotovoltaicos, e o desenvolvimento de um sensor para determinar a intensidade da radiação solar.

Diana Lunardi ressalta que a região é propícia para esse tipo de estudo. “O Brasil tem um grande potencial para a produção de energia solar, já que a irradiação média anual varia entre 1.200 e 2.400 kWh por metro quadrado a cada ano. Entre as regiões, a Nordeste apresenta os maiores valores de irradiação solar, com maior média e menor variabilidade anual”, explica.

A opinião é compartilhada por Tarcísio Bacelar, pesquisador da UFPE. “O sistema elétrico nacional já dispõe de elevado grau de flexibilidade em decorrência do grande uso da geração hidrelétrica, além da existência de um sistema de transmissão de dimensão continental. Dessa forma, o Brasil conta com uma posição privilegiada para acomodar uma expansão das energias renováveis intermitentes, como a solar e a eólica”, justifica.

Eficácia máxima

O watt-pico é a unidade padrão para medir a potência de painéis fotovoltaicos. Representa a quantidade de energia gerada pelo dispositivo quando está trabalhando na capacidade máxima, pois a eficiência dos painéis varia de acordo com a temperatura e a luz do sol, por exemplo.

6% da energia total gerada no Brasil é solar ou eólica, segundo relatório da Bloomberg New Energy Finance, que fez uma projeção da evolução das fontes de energia renováveis nas principais economias do mundo

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Victor Correia**Título:** Carros movidos a microalgas

As energias limpas, como a solar e a eólica, são pensadas principalmente para abastecer o consumo de energia elétrica, mas grande parte das fontes não renováveis é destinada a carros, aviões e navios, entre outros veículos. Portanto, trabalhar no desenvolvimento de combustíveis alternativos também faz parte do projeto de reduzir as matrizes poluentes. O etanol e o biodiesel colaboram para reduzir a emissão de carbono. Porém, essa primeira geração de biocombustíveis tem problemas, como os impactos ambientais gerados pela necessidade de grandes plantações e o uso de matéria-prima que poderia servir de alimento.

Projeto do Laboratório de Bioenergia e Catálise (Labec) da Universidade Federal da Bahia (Ufba) traz uma alternativa: o uso de algas para a produção de diferentes tipos de biocombustíveis. Os micro-organismos podem ser cultivados sem a ocupação de grandes áreas, além de se alimentar de resíduos domésticos e industriais, entre outros benefícios. “A biorrefinaria é uma das soluções para o mundo fóssil dependente. O desenvolvimento e o uso de tecnologias limpas permitem amenizar, retardar ou até impedir a crise mundial provocada pelo colapso ecológico”, afirma Emerson Sales, coordenador do projeto.

Segundo o professor, a tecnologia utiliza processos biológicos e químicos para produzir versões ecológicas de diesel, hidrogênio, gasolina e querosene a partir de microalgas. “O cultivo das microalgas permite obter biomassa em um amplo espectro de condições climáticas, sem necessitar de terras férteis, usando água doce, salgada ou salobra”, afirma Sales. O trabalho começou a ser desenvolvido em 2014. “A equipe já demonstrou, em laboratório, que é possível produzir compostos similares aos oriundos do petróleo com melhor qualidade e considerável ganho ambiental”, ressalta.

Resultados promissores

As microalgas ainda não são utilizadas em larga escala para a produção de combustíveis, mas, segundo Emerson Sales, há pesquisas tentando aumentar a eficiência da tecnologia, desde o cultivo até a etapa final. Especialista em produção e aproveitamento de energias renováveis da Universidade Federal do Paraná, Luiz Pereira Ramos ressalta que os resultados atingidos até agora são animadores. “Os biocombustíveis já têm um papel importantíssimo. O biodiesel que temos hoje é de primeira geração. Com o tempo, podemos ter biocombustíveis de segunda e terceira gerações mais avançados”, explica.

De acordo com o professor, o Brasil é um grande produtor de biocombustíveis, que começam a ganhar espaço na matriz energética. Em 1º de março deste ano, a quantidade de biodiesel misturada ao diesel subiu de 8% para 10% do volume, como determinado por resolução do Conselho Nacional de Política Energética. Porém, é possível aumentar a sustentabilidade desses produtos, defendem especialistas. “O etanol vem do caldo de cana, mas é possível produzi-lo dos resíduos de plantas. O biodiesel é feito de óleo vegetal, mas pode ser feito de óleo de fritura, de descarte”, ilustra Luiz Pereira Ramos (VC)

** Estagiário sob supervisão da subeditora Carmen Souza*

“A equipe já demonstrou, em laboratório, que é possível produzir compostos similares aos oriundos do petróleo com melhor qualidade e considerável ganho ambiental”

Emerson Sales, coordenador do projeto, desenvolvido na Universidade Federal da Bahia

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Andrea Jubé e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Moreira substitui Coelho, que troca MDB por DEM

Encerrado o prazo para a desincompatibilização dos ministros que vão concorrer nas próximas eleições, o presidente Michel Temer tenta concluir hoje a reforma ministerial. A data coincidiu com o fim da janela partidária, levando auxiliares de Temer a mudar de partido na última hora, como o ex-ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho que trocou o MDB pelo DEM. Ontem o Planalto confirmou que Moreira Franco assumirá a pasta de Minas e Energia.

A posse de Moreira e dos novos ministros está programada para amanhã. Fernando Coelho havia deixado o PSB quando o partido posicionou-se favoravelmente às denúncias contra o presidente Michel Temer, e estava sem partido. Há duas semanas, ele assinou a ficha de filiação ao MDB, pelo qual tentaria novo mandato de deputado federal por Pernambuco. Mas no último sábado migrou para o DEM do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), que passa a contar com 44 parlamentares, a quarta maior bancada, atrás de PT, PMDB e PSDB.

Ao **Valor**, o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), pai do ex-ministro, atribuiu a decisão do filho à briga judicial entre o comando nacional do MDB e a direção da legenda em Pernambuco. Bezerra disputa com o deputado Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) o controle da sigla no Estado.

Para o lugar de Coelho Filho, Temer optou por nomear um nome de seu núcleo mais restrito, o ministro Moreira Franco, que deixará a Secretaria-Geral da Presidência. Caberá a ele executar missões estratégicas como a capitalização da Eletrobras e o megaleilão do pré-sal previsto para o segundo semestre.

"A política do ministério é de governo que terá continuidade, será mantida e aprofundada", disse Moreira ao **Valor**. Ele explicou que as mudanças serão mínimas, preservando-se grande parte da equipe que vem conduzindo o processo de privatização da Eletrobras, bem como as ações da área de óleo e gás.

O secretário de Infraestrutura Hídrica, Antônio de Pádua Andrade, será o novo ministro da Integração Nacional, no lugar de Hélder Barbalho, que disputará o governo do Pará pelo MDB. Andrade é ligado ao pai de Hélder, senador Jader Barbalho (MDB-PA), e foi diretor de Engenharia da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). Para o lugar de Mendonça Filho na Educação foi escolhido o secretário de Educação Básica, Rossiel Soares.

Temer dará posse a Moreira e à nova equipe econômica amanhã, com Eduardo Guardia na Fazenda e Esteves Colnago no Planejamento. O ministro da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, será mantido na pasta, mas Temer não sinalizou se o efetivará nesta reforma. Ainda está indefinido o sucessor de Moreira na Secretaria-Geral.

Também não foi indicado o sucessor de Sarney Filho na pasta do Meio Ambiente: ele quer emplacar a presidente do Ibama, Suely Araújo, enquanto a bancada do agronegócio indicou o presidente da Embrapa, Maurício Lopes. Outras pendências são os ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), que estão com interinos. Decidiram continuar com Temer o chanceler Aloysio Nunes (PSDB) e Gilberto Kassab (PSD), de Ciência, Tecnologia e Comunicações, que concorreriam a vagas de senador por São Paulo.

Também prosseguem com Temer os ministros Carlos Marun (MDB), da Secretaria de Governo, Alexandre Baldy (PP), de Cidades, Blairo Maggi (PP), da Agricultura. **(Colaborou Fernando Exman)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras, Camila Maia e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Cresce disputa pela Eletropaulo e novas propostas são esperadas

Está cada vez mais acirrada a disputa pela Eletropaulo, que detém a maior concessão de distribuição de energia do país. Interessados em fazer oferta pela empresa vinham conversando com o conselho de administração da companhia, mas a proposta da Energisa, na quinta-feira à noite, de fazer uma oferta pública pela distribuidora, colocou um senso de urgência que as conversas ainda não tinham.

Agora, há data máxima para as ofertas. O conselho da Eletropaulo tem até 20 de abril para fazer uma recomendação - positiva ou negativa - aos acionistas, respondendo a oferta da Energisa. Até lá, outras propostas já terão que estar na mesa. A expectativa é que ao menos duas empresas formalizem suas ofertas nesta semana, entre elas a Neoenergia, que atua em distribuição no Nordeste e está presente no interior de São Paulo por meio da concessionária Elektro.

Na sexta-feira, havia uma expectativa de que a Neoenergia entregasse sua proposta nos próximos dias e que a Equatorial, que teria manifestado interesse, também fizesse uma oferta até terça-feira, quando há uma reunião do conselho de administração da Eletropaulo.

Embaladas por possível "guerra de ofertas", ações da distribuidora paulista tiveram alta de 12,71% na sexta-feira

Duas fontes confirmaram ao **Valor** a intenção de proposta da Neoenergia, mas o conselho de administração da companhia deve bater o martelo apenas ao longo dessa semana. A empresa é controlada pela espanhola Iberdrola, o fundo de pensão Previ e o Banco do Brasil. A deliberação sobre a decisão de fazer oferta pela distribuidora paulista virá do conselho e não exatamente dos acionistas, que já tomaram conhecimento de todos os estudos.

A Equatorial, antes dada como certa na disputa, ainda tem um grau de incerteza e pode ficar de fora. Segundo fontes do setor, o conselho de administração da companhia não chegou a um consenso sobre apresentar uma oferta, e a empresa teria desistido da operação - ao menos por enquanto.

Outros interessados, como a gestora GP Investments (que teria se aliado a mais um fundo de investimento) também podem formalizar proposta nesse prazo.

A Energisa prevê um desembolso de até R\$ 3,24 bilhões, considerando um preço de R\$ 19,38 por ação e um aumento de capital de R\$ 1 bilhão na empresa. Nesse formato, a Energisa quer atingir um percentual suficiente para ser controlador da companhia. A americana AES, acionista da Eletropaulo, sairia nessa leva, como qualquer outro acionista.

No entanto, o preço oferecido pela Energisa foi considerado baixo, mas há investidores que alertam que as ações da Eletropaulo subiram muito no último

mês já por causa desse negócio. Desde o início do ano, as ações da Eletropaulo acumulam ganho de 32,8%. Os papéis já tinham se valorizado com o acordo fechado pela empresa com a Eletrobras sobre uma antiga dívida.

Na sexta-feira à noite, a Energisa informou que o preço oferecido pela Eletropaulo "está em linha com sua expectativa de valor justo" para a distribuidora paulista, e disse que aguardará "os desdobramentos da negociação."

Duas semanas atrás, a italiana Enel havia apresentado sua proposta à administração da companhia e à acionista AES - dona de 16,84% das ações -, em que entraria como âncora de um oferta primária e secundária de ações da Eletropaulo. Segundo uma fonte, a oferta da Enel era de R\$ 19,21 por ação, mas com preço negociável. A empresa tem interesse também pelo controle da distribuidora.

A decisão de recomendar a venda ou negar qualquer proposta é feita pelo conselho de administração da Eletropaulo. O colegiado é formado por 9 membros, sendo cinco independentes, mas, segundo uma fonte, a AES tem forte influência ou indicou um total de 6 conselheiros. A AES quer vender sua participação mas, como diz um executivo ligado à empresa, "não é uma separação litigiosa". Isso significa que planeja apoiar uma proposta que também favoreça a empresa.

A Neenergia também faria uma proposta de ancoragem, modelo que é o preferido do conselho, de acordo com um fonte, pois pode melhorar o preço das ações à venda e aumentar o potencial de capital que vai para o caixa da companhia, na oferta primária. Os âncoras garantiriam ao menos R\$ 1 bilhão e outros investidores poderiam comprar novas ações e elevar esse valor. No caso da OPA proposta pela Energisa, esse valor já é o limite.

"Há uma preferência de formato. Mas a questão é que um acionista quer sair e a empresa precisa ser capitalizada", afirma um executivo com conhecimento do assunto. "Então se nenhuma proposta avançar, com preço firme e garantias, é difícil para o conselho desaconselhar a OPA."

Em caso de propostas semelhantes, a companhia vai levar em conta quem é o melhor operador para assumir a Eletropaulo.

A expectativa de uma "guerra de ofertas" impulsionou as ações da Eletropaulo na sexta-feira, quando tiveram ganho de 12,71%, a R\$ 21,72. "A Eletropaulo está surfando a expectativa de uma guerra de ofertas entre possíveis compradores: Enel, Energisa e talvez CPFL", disse um gestor que pediu para não ser identificado.

Em 2017, a Eletropaulo teve receita líquida de R\$ 13,1 bilhões, alta de 12,9%. A companhia opera a maior área de concessão da América Latina, com 16,6 milhões de habitantes em 24 municípios na região metropolitana de São Paulo. **(Colaboraram Rodrigo Polito e Juliana Machado)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Mercado livre de energia cresce com leilões

Os preços baixos dos leilões recentes de energia realizados pelo governo estão ajudando, involuntariamente, a fomentar o crescimento do mercado livre, no qual os consumidores podem escolher de quem comprar a energia. Para viabilizar os projetos, os investidores estão apostando em um mix entre contratos no mercado regulado, das distribuidoras, e no mercado livre, que oferece preços muito mais atrativos.

O principal obstáculo do mercado livre é o financiamento, pois os bancos de fomento exigem contratos de longo prazo de venda de energia como garantia. Enquanto com as distribuidoras os contratos duram de 20 a 30 anos, no mercado livre, é considerado de longo prazo um contrato de venda de energia por cinco anos.

A preferência dos investidores sempre foi pela contratação de projetos em leilões, mas as distribuidoras de energia têm declarado demandas baixas nos últimos anos. Além disso, não foram feitos leilões entre 2015 e 2017.

A saída dos empreendedores tem sido vender projetos em leilões a preços baixos, contratando apenas parte da energia. Assim, os investidores conseguem financiamento de longo prazo para a fatia da energia contratada pelas distribuidoras, e utilizam outros instrumentos, como as debêntures de infraestrutura, como complemento.

"A estratégia de boa parte dos investidores, principalmente no setor eólico, era vender apenas uma parte da energia assegurada no mercado regulado, deixando uma parte para o livre, onde os preços estão melhores", disse Edson Ogawa, responsável pela área de Project Finance do Santander no Brasil. Além da vantagem relacionada ao financiamento de longo prazo, Ogawa lembrou que os vencedores dos leilões também têm prioridade no acesso à conexão com a rede de transmissão para escoar a energia gerada.

A tendência, segundo especialistas, é que isso torne a aumentar a proporção da oferta de energia no mercado livre de energia, resolvendo um nó para o

governo, que prevê a abertura gradual deste ambiente de contratação nos próximos anos, mas sem a garantia de oferta de energia.

"Temos preços muito melhores no mercado livre que os negociados em leilão. Então, os investidores estão olhando mais para o livre, o que talvez possa resultar em um equilíbrio maior entre os dois ambientes de contratação", disse Thais Prandini, diretora executiva da Thymos Energia. Atualmente, o mercado cativo representa cerca de 70% do consumo de energia no país, ante 30% do livre.

Para efeito de comparação, a fonte eólica saiu pelo preço médio de R\$ 67,70 por megawatt-hora (MWh) no último leilão do governo, realizado na quarta-feira passada. A energia solar saiu pelo preço médio de R\$ 118,07/MWh. No mercado livre, contratos de cinco anos estão com preço médio de R\$ 160 a R\$ 170/MWh. Fontes incentivadas, como solar e eólica, têm ainda um prêmio embutido no preço de cerca de R\$ 50/MWh.

A francesa EDF foi a única vencedora do leilão com um projeto de eólicas, ao contratar 33,4 MW médios da garantia física total do ativo, de 57,7 MW médios.

"É interessante vender uma parte em leilão, mas deixando uma parcela no mercado livre, que poderá ser vendida a preços melhores", disse Lucas Araripe, diretor de Novos Negócios da Casa dos Ventos, que desenvolveu o parque eólico contratado pela EDF.

Outra questão que favorece esse novo tipo de projeto que reúne mercado livre e regulado é o fato de que o perfil dos vencedores recentes de leilões mudou, segundo Ogawa, do Santander. "Hoje, os vencedores são grandes 'utilities', que obviamente têm acesso grande ao mercado livre e com braços de comercialização", disse.

Para o diretor-geral da consultoria dinamarquesa especializada no setor eólico K2 Management para a América Latina, Hebert Nascimento, as vencedoras dos últimos leilões de energia são empresas grandes, consolidadas e com experiência no segmento. O especialista acrescentou que, em alguns casos, a empresa possui um portfólio grande e conseguem montar uma equação financeira para vencer o leilão com um preço mais baixo. "Algumas características do capex já estão equacionadas", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: PetroRio está de volta à exploração

Após se desfazer de seus ativos na Bacia do Solimões e Namíbia e se concentrar apenas na produção de óleo e gás, no Brasil, a PetroRio está de volta às atividades de exploração. A empresa iniciou as perfurações do projeto de revitalização do campo de Polvo, na Bacia de Campos. No todo, serão investidos inicialmente US\$ 20 milhões na perfuração de três novos poços na área de concessão.

A companhia informou, contudo, que os investimentos poderão chegar a US\$ 50 milhões, dependendo dos resultados obtidos. A PetroRio acredita ser possível, com o projeto, estender a vida econômica de Polvo em cinco anos, até 2026.

Segundo a companhia, as perfurações fazem parte da segunda fase do plano de revitalização do campo. Em 2016, a petroleira já tinha obtido um aumento de 20% na produção e volumes de reservas do campo.

O tempo estimado para a conclusão das três perfurações é de seis meses. As atividades serão feitas pela sonda de propriedade da companhia, que é parte integrante da plataforma fixa de Polvo (Polvo-A).

Polvo, principal ativo da empresa, é um campo maduro e está em fase natural de declínio. Em fevereiro, o campo de Polvo produziu, em média, 6,9 mil barris diários de petróleo, volume abaixo da média de 2017, quando foram produzidos 7,8 mil barris por dia.

Em paralelo às perfurações, a PetroRio aguarda o posicionamento da Agência Nacional de Petróleo (ANP) sobre o pedido de redução das alíquotas de royalties, de 10% para 5%, para a futura produção incremental gerada pelo projeto de revitalização do campo.

"A companhia acredita que em breve deverá receber uma sinalização positiva quanto ao pleito solicitado", informou a petroleira. Além de Polvo, a PetroRio possui uma fatia de 10% no campo de gás natural de Manati, na Bacia Camamu-Almada, operado pela Petrobras.

A companhia foi fundada em 2010, como HRT, e tinha como foco justamente a exploração de óleo e gás, na Bacia do Solimões, na Amazônia, e na Namíbia, na África. Depois de entrar numa crise de credibilidade na Bolsa, por não ter garantido as descobertas de petróleo que esperava encontrar, a empresa mudou de nome para PetroRio e se reposicionou, direcionando suas atividades para a área de produção.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Kauanna Navarro | De São Paulo****Título: Faltam interessados em adquirir as plantas de fertilizantes da Petrobras**

Diferentemente do que aconteceu com os ativos da Vale Fertilizantes, não deverá haver disputa pelas fábricas da Petrobras no segmento. Segundo especialistas, faltam interessados nas unidades, voltadas à produção de nutrientes derivados do nitrogênio, e, se a estatal quiser de fato vendê-los, terá de oferecer "um negócio da China". São três plantas em operação, localizadas no Paraná, na Bahia e em Sergipe e avaliadas no mercado em quase US\$ 1,5 bilhão, e uma em construção em Mato Grosso do Sul, que custa US\$ 700 milhões.

A falta de interessados em levar os ativos tem relação com problemas operacionais e políticos. O fato é que, mesmo com poucos ativos de produção disponíveis no mercado, não haverá uma "disputa" entre grandes players pelas fábricas. É quase consenso que a norueguesa Yara, uma das maiores empresas de fertilizantes do mundo e líder no ranking brasileiro, com cerca de 25% de participação em vendas de produtos finais, é a favorita para ficar com pelo menos uma das quatro unidades. Globalmente, a produção de nitrogenados é o maior negócio da multinacional.

E a Yara já demonstrou interesse pelos ativos. Em entrevista ao **Valor** em novembro de 2017, Lair Hanzen, vice-presidente executivo da Yara International e presidente da Yara Brasil, admitiu que a empresa poderia avaliá-los. "Mas tudo tem que ter uma lógica econômica. A Yara não vai perder dinheiro", lembrou Marcelo Mello, analista da INTL FCStone. Para ele, a falta de competitividade das unidades de Laranjeiras (SE) e Camaçari (BA) e os problemas operacionais em Araucária (PR) são apenas parte dos empecilhos para que a Petrobras consiga fechar uma boa venda.

"As unidades da Laranjeiras e Camaçari são muito ineficientes", disse Mello. Segundo o analista, plantas de adubo que produzem menos de 1 milhão de tonelada por ano não são competitivas. Em conjunto, Sergipe e Bahia têm capacidade instalada para 900 mil toneladas de amônia e 1,1 milhão de toneladas de ureia por ano. Em março, a Petrobras chegou a anunciar que iniciaria a "hibernação" (parada progressiva da produção) de ambas em 30 de junho, com ações para conservar equipamentos e prevenir impactos ambientais.

Posteriormente, porém, a estatal adiou por quatro meses o início da hibernação, após congressistas dos dois Estados pressionarem a empresa em

busca de uma solução alternativa. De acordo com a Petrobras, as plantas apresentam resultados negativos conjuntos de aproximadamente R\$ 800 milhões por ano, e o cenário de longo prazo continua apontando para perdas.

A questão deu pano para manga. A Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) divulgou comunicado destacando que, sem a produção de adubo dessas unidades, o país dependerá ainda mais de importações. "A elevada dependência por importações deixa o país vulnerável às flutuações do câmbio e dos preços, trazendo também algum risco relacionado a eventual escassez de insumos básicos", afirmou a entidade.

Durante teleconferência com jornalistas no dia 21 de março, logo depois do anúncio inicial da hibernação, o diretor de refino e gás natural da Petrobras, Celestino Ramos, foi questionado sobre as dificuldades em encontrar compradores para os ativos, já que a própria empresa tinha anunciado a hibernação das plantas por gerarem prejuízo. Mas, segundo o executivo, isso não seria problema, já que as unidades da Bahia e Sergipe podem ser rentáveis para outras empresas. "Cada companhia roda os negócios e vê os seus econômicos. Então, para outros compradores, isso pode ser atrativo", disse ele.

Um analista do segmento de adubos avaliou, ainda, que "o preço do gás da Petrobras [usado na síntese de ureia] é muito caro e que, como insumo de fertilizante, não tem competitividade".

Já a unidade da Petrobras localizada em Araucária, no Paraná, é considerada mais interessante. A Fafen-PR apresenta capacidade de produção anual de 700 mil toneladas de ureia e 475 mil toneladas de amônia, além de produzir um agente redutor líquido automotivo usado para a baixar a emissão de óxido de nitrogênio pelos escapamentos dos veículos. "Essa unidade, porém, passa boa parte do ano fechada em manutenção", afirmou Mello.

Para Paulo Macaúbas, da consultoria MaxiQuim, a Fafen-PR tem perdido a atratividade à medida que a produção de ureia no Sul do país vem caindo.

No balanço do quarto trimestre do ano passado, a Petrobras fez uma provisão para perda (impairment) com as fábricas de fertilizantes de R\$ 1,3 bilhão.

Para além das questões com relação à eficiência das plantas, um eventual comprador esbarraria no entrave do fornecimento de gás natural para a síntese da ureia. No Brasil, a distribuição é controlada pela Petrobras, lembrou Macaúbas. "Ou você compra da Petrobras ou paga para fazer a importação pelos dutos dela", disse. Segundo o consultor, os preços praticados no mercado internacional são mais atrativos que no mercado nacional. "O ideal

seria um contrato com a Petrobras garantindo fornecimento de gás natural nos mesmos preços do mercado internacional", afirmou.

No pacote dos ativos de adubos da Petrobras há mais um problema: a unidade em construção em Três Lagoas (MS). A nova unidade está com 80% da construção concluída, mas as obras estão paralisadas desde dezembro de 2014. "É necessário um investimento grande para a conclusão da obra, mas também investir no que já foi construído e está se deteriorando", ponderou Macaúbas.

Outro entrave nessa unidade inacabada é que o fornecimento de gás natural mais viável para a unidade seria o da Bolívia. Uma negociação com o governo boliviano para o fornecimento não é rápida e nem tranquila, comentou uma fonte do setor que preferiu não se identificar.

Segundo avaliação de Macaúbas, os ativos nitrogenados da Petrobras em Araucária valem cerca de US\$ 350 milhões, os de Laranjeiras US\$ 600 milhões e os de Camaçari, aproximadamente US\$ 500 milhões. Os ativos em construção em Três Lagoas (MS) estão avaliados em cerca de US\$ 700 milhões. "Acho bem difícil as plantas serem vendidas por esses valores", disse uma fonte do segmento. "Acho que a Petrobras terá de fazer um belo desconto para vender as unidades", completou. **(Colaborou Rodrigo Polito, do Rio)**

MME / ASCOM .